



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis reuniu, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, no salão nobre do edifício sede da Junta da União das Freguesias, em sessão ordinária, conforme aviso convocatória, regularmente enviado e devidamente publicitado, a Assembleia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, com a seguinte Ordem de Trabalhos-----

*A. Intervenção do Público-----*

*B - 1. Período Antes da Ordem do Dia-----*

*2. Período da Ordem do Dia-----*

*2.1 Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior-----*

*2.2 Informação da Atividade Operacional desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira até 31 de Agosto de 2016-----*

*2.3 Assuntos de Interesse Local-----*

A Sra. Presidente da Mesa iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes e o público referindo que são sempre bem-vindos. Apresentou, ao abrigo dos normativos em vigor, os pedidos de substituição apresentados à Mesa da Assembleia (ficando os pedidos de substituição apensos à presente ata) -----

Da bancada da Coligação Democrática Unitária, (de ora em diante designada por CDU) pedido de substituição do deputado Nelson Vidal (anexo 1) para a sessão em curso por motivos profissionais (substituído por Beatriz Rodrigues que também pede substituição (anexo 2) e é substituída por Helena Moura), da deputada Silvana Marques para a sessão em curso (anexo 3) por motivos profissionais (substituída por Constantino Loureiro)-----

Da bancada do Partido Socialista (de ora em diante designado por PS), substituição do deputado Armando Correia com início a 22 de Setembro e termo a 29 do mesmo mês (anexo 4), por motivos profissionais (substituído por Paula Castro) -----

Da bancada do Partido Social Democrata (de ora em diante designado por PSD), substituição do deputado Carlos Castro pelo período de 22 de Setembro a 16 de outubro (anexo 5), por motivos pessoais (substituído por Nuno Rocha que também pede substituição pelo período de 22 de setembro a 25 do mesmo mês (anexo 6), por motivos profissionais e é substituído por Bruno Oliveira) e da deputada Daniela Real para a sessão em curso (anexo 7), por motivos profissionais (substituída por Marlene Sobral) -----

Seguidamente passa-se à chamada, estando presentes os seguintes deputados: Augusto Barbosa, Bibiana Silva, Joaquim Marques, Damião Alves, Bruna Rocha, Helena Moura (em substituição de Beatriz Rodrigues que substituí o deputado Nelson Vidal), Constantino Loureiro (em substituição de Silvana Marques) e Viviana López todos da CDU; Linda Rosa, Maria Leonor, Carlos Taveira, Paula Castro (substitui o deputado Armando Correia) e Vítor Almeida todos do Partido Socialista; Fernanda Vieira, Albino Castro e Joaquim Cunha todos do Movimento Vontade do Povo – Fernanda Vieira (de ora em diante apresentado por MVPFV); José Alves e Bruno Oliveira (substitui o deputado Nuno Rocha que substituí Carlos Castro), todos do PSD-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Verificando-se a existência de quórum, a Sra. Presidente de Mesa deu como aberta a sessão, iniciando pela Intervenção do Público -----

Dada a palavra ao público, inscrevem-se os cidadãos-----

**Agostinho Mendes** que refere, na rua do Valado, os estacionamento em cima dos passeios fruto do Jardim de Infância e que, segundo o freguês, já geraram acidentes. Questiona se não há a possibilidade de colocar mecos ou bolas em cima dos passeios por forma a impedir o estacionamento. Refere também o facto dos passeios serem estreitos e em virtude disso as pessoas terem que descer à rua em alguns dos casos. Refere também um espelho virado ao contrário que dificulta a visão sobre a estrada. Questiona ainda como está a situação por si referida relativamente ao mau posicionamento de outro espelho, problema por si levantado numa assembleia anterior-----

**Firmino Torres** começa por convidar todos os presentes a passar algum tempo de conversa à sua porta. Refere morar na Rua da Igreja e um equívoco já longínquo e pelo qual já passaram diversas forças políticas. Questiona o porquê de só terem construído passeios até meio da rua. Refere já terem havido acidentes ao sair das portas. Refere trazer isto à assembleia pois tem a intenção de prosseguir com o caso e ir diretamente à Câmara Municipal de Gondomar pois é quem diretamente tem a ver com o caso. Questiona como será se acontecer ali algum acidente grave, que se pode mover um processo de homicídio culposo porque considera não haver justificações para esta situação. Refere ainda a questão do Rio do Paço e o facto de anteriormente aquando era dirigente associativo e teve um projeto para dinamizar parte do rio lhe disseram que não podia ser pois ia começar a ser construída ali uma estrada. Refere também aquando das campanhas eleitorais a ideia de construir um corredor ecológico entre o Paço e a Várzea. Assim, questiona qual o projeto, além de referir também o terreno ocupado pela GNR onde depositam os carros apreendidos e refere pensar existir legislação comunitária que impede isso pois os problemas no rio já são tantos mais carros ali só fazem aumentar o impacto-----

**Armando Rocha** cumprimenta os presentes e começa por questionar o porquê da junta não intervir diretamente nas descargas clandestinas que o mesmo já indicou o local exato em que acontecem. Refere já ser uma luta antiga. Refere também outras questões de empréstimo de uma máquina que diz não ter recebido resposta mas saber que a mesma é emprestada a outros fregueses que fazem limpeza e acabam por estragar a fauna e flora do rio. Refere as descargas e poluição no Rio Torto e que se lhe devia dedicar algum tempo-----

**José Dias** começa por dizer que quer pegar nas palavras da intervenção anterior para dizer que a poluição no rio Torto é em grande escala e tem um cheiro tão acentuado que é impossível estar em casa, refere o freguês. Refere que é altura de pôr cobro a isto. Refere já ter feito outras diligências junto de outras entidades e que apenas está aqui a dar informação porque não quer ir ais além ser dar conhecimento à junta-----

**Sr. Presidente da Junta** intervém para resposta às questões colocadas. Começa por cumprimentar todos os presentes e por valorizar todos os contributos apresentados pelos fregueses. Relativamente a algumas questões



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

colocadas refere ter registado para posterior análise pois tratam-se de casos que não tinha conhecimento. Relativamente ao espelho na Rua da Igreja refere que é a Câmara que decide a colocação e a autoriza, da parte da Junta a comunicação foi feita ainda não obtiveram qualquer resposta. Sobre as questões de Rua da Igreja e dos passeios refere que o problema nunca lhe tinha sido colocado e, como tal, não o conhecia mas refere estar disponível para se deslocar ao local e ver o que se pode fazer. Quanto às questões do Rio do Paço e os despejos ilegais, comunicados pelo freguês, o Sr. Presidente refere que há uns tempos atrás tomaram posição e, através da assembleia, também foi feita uma comunicação. Refere também que já esteve no local com o vereador da Câmara e com outras entidades e foram recolhidas amostras de água, fauna e flora e que receberam recentemente informação sobre isso. Relativamente a outras queixas junto aos viveiros, já foi feita queixa à entidade responsável, alertando para a situação e as descargas ilegais. Refere ainda que na altura não respondeu mais ao senhor pois o nível da conversa ultrapassava o razoável. Refere ainda que a junta pode fazer sempre mais, apoiando e intervindo mas afirma que a intervenção tem sido feita. Relativamente ao local da GNR é uma intervenção muito pertinente, um local quer já deu problemas já gerou uma multa que teve de ser paga. Refere que já houve uma conversa com a GNR mas não podem despeja-los, procuraram sensibilizar a entidade que não quer aquele acumulado de sucata ali. A resposta da GNR foi no sentido de pedir mais tempo, uma vez que há uma solução pensada pela Câmara Municipal para a entidade e já conversada com o Ministério da Administração Interna à qual faltam apenas questões processuais-----

**Sra. Presidente da Mesa** prossegue com os trabalhos passando para o Período Antes da Ordem do Dia. Antes de dar a palavra aos deputados a Sra. Presidente refere algumas informações chegadas à Mesa, justificações de falta relativamente à última Assembleia de Freguesia do deputado Carlos Taveira (PS) (anexo 8) e da deputada Beatriz Rodrigues (CDU) (anexo 9). Apresenta ainda resposta à solicitação da bancada do Movimento Vontade do Povo – Fernanda Vieira de continuação da Comissão de Acompanhamento de agregação das freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, comissão esta que reuniu a 27 de Julho e passa à leitura da ata da nova reunião efetuada (anexo 10). Dá ainda a informação de um projeto de lei do Grupo Parlamentar do PCP relativamente à reposição das freguesias (anexo 11). Assim, a Sra. Presidente refere que dado haver uma Comissão para tratar o tema propõe posteriormente marcar-se uma reunião com a Comissão para discutir o documento-----

**Deputado Carlos Taveira (PS)** questiona se o documento foi enviado para a Sra. Presidente ou para o Sr. Presidente da Junta, visto estar dirigido para este último-----

**Sra. Presidente da Mesa** afirma que veio enviado para si, que nem tinha reparado nesse pormenor. Sabe sim que o documento chegou ao seu email reencaminhado pela junta de freguesia-----

**Sr. Presidente da Junta** refere que considerou o documento de interesse para a assembleia visto também haver uma Comissão a tratar do assunto assi decidiu reencaminha-lo para a Sra. Presidente da Assembleia e contemplar este projeto de lei que é o único que existe na Assembleia-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Inscrevem-se os deputados para intervir-----

**Deputado Albino Castro (MVPFV)** começa por cumprimentar o público presente que deu sinal de grande capacidade interventiva. Cumprimenta também todos os deputados, Mesa e Executivo presentes. Refere começar a sua intervenção por um esclarecimento, dado que foi dito pelo Presidente da Junta que o Executivo anterior havia pago uma indemnização pelo usufruto do terreno ocupado pela GNR. Refere não ser verdade, e que o que aconteceu foi um contrato verbal assinado pelo anterior presidente José Martins que passou pelo mandato do Sr. Ernesto com um contrato de compra e venda e coube ao mandato do executivo em que esteve cumprir esse acordo e não foi pago indemnização alguma, houve apenas um pagamento faseado daquilo que já estava escrito nesse contrato de compra e venda. O pagamento de indemnização aconteceria sim se não se tivesse honrado o contrato de promessa de compra e venda. Relativamente a outra questão refere-se à integridade territorial da união das freguesias. Remete para os já longínquos problemas territoriais de Fânzeres em relação aos seus limites, problemas estes com S. Cosme e com Rio Tinto. Com a criação de Baguim do Monte refere que se assistiu à alteração daquilo que está na Carta Administrativa portuguesa. Refere que o anterior Executivo sempre se opôs a isso. Refere que teve conhecimento que em Baguim através da criação de uma Comissão estão a enveredar esforços para voltar à questão dos limites da freguesia. Refere ainda considerar esta uma questão de fundo e que marca a identidade da freguesia. Assim, questiona o Sr. Presidente da Junta se está a par destes dados e quais as iniciativas que tomará no sentido de manter a integridade territorial da freguesia. Continua fazendo uma proposta à Sra. Presidente da Mesa, visto já haver uma comissão designada para tratar dos assuntos relacionados com a agregação/desagregação das freguesias, considera ser importante haver um reforço formal para que a comissão plenamente se possa pronunciar sobre a proposta de projeto de lei enviada pelo Partido Comunista Português. Assim, propõe uma moção em que a Assembleia delega na comissão a resposta a este documento-----

**Deputada Viviana Lopéz (CDU)** começa por cumprimentar todos os presentes. E passa a ler a sua intervenção que se prende com uma Saudação a todas as Corporações de Bombeiros Voluntários (anexo 12)-

**Deputado Joaquim Cunha (MVPFV)** começa por cumprimentar todos os presentes e passa à leitura da sua intervenção que se prende co o estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre a evolução dos rendimentos na política de austeridade que foi imposta versus imposto sobre o grande património (anexo 13)-

**Deputado Constantino Loureiro (CDU)** começa por cumprimentar todos os presentes e refere que a sua intervenção vai no sentido do documento que a Sra. Presidente leu relacionado com a desagregação das freguesias. Refere que já enveredou pela política autárquica desde 1982, um trabalho com o qual se sentiu realizado e que teve o maior orgulho de desempenhar. Refere que tem substituído alguns camaradas em algumas assembleias mas tem optado por manter o silêncio não porque esteja mudo ou porque o impeçam de falar mas sim porque se sente deslocado, sente que este não é o seu lugar. Refere a sua afeição a São Pedro da Cova e que não é contra Fânzeres ou a sua população pois percebe que se tratou de uma obrigação mas a sua



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

dedicação, o seu trabalho foi para São Pedro da Cova. Refere que toda a sua intervenção e o seu silêncio é uma forma de protesto contra este casamento 'obrigado' que foi as agregações das freguesias-----

**Deputada Linda Rosa (PS)** começa por cumprimentar todos os presentes, nomeadamente o público referindo a honra da presença destes neste espaço, cumprimenta também a Mesa, o Executivo e todos os deputados. Começa a sua intervenção por questionar ao Sr. Presidente da Junta em que ponto estão os dois procedimentos concursais anteriormente aprovados nesta Assembleia. Recorda que um já tem mais de um ano e o outro foi aprovado em Abril passado e apesar de todas as considerações da burocracia dos processos, pede para que o Sr. Presidente esclareça esta questão de forma mais aprofundada do que tem feito em anteriores assembleias. Refere querer saber concretamente quando irão colocar os concursos pois não quer pensar que os pedidos de autorização possam apenas ter sido pra ficar no papel. Refere ainda que há população a questionar-----

**Deputado Damião Alves (CDU)** começa por questionar o Sr. Presidente da Junta o que se esta a passar com a Rede Ambiente. Refere haver poucas limpezas e os contentores estão cheios e com um cheiro nauseabundo. Refere que no início as coisas ainda iam mas neste momento no terreno ouve muitas preocupações com o assunto-----

**Deputado Carlos Taveira (PS)** começa por cumprimentar todos os presentes. Começa a sua intervenção desculpando-se pela sua ausência da Assembleia passada. A sua intervenção prende-se com uma preocupação relativa aos incêndios e às consequências posteriores dos mesmos. Refere a previsão de um Inverno chuvoso e com terrenos com uma erosão enorme sem capacidade de absorção as enxurradas serão um problema. Lembra situações semelhantes no passado. Assim, refere que a sua intervenção vem no sentido de uma intervenção da junta para sensibilizar as autoridades responsáveis para que se faça alguma coisa, não permitam o desmatamento. Continua referindo a questão da GNR, sendo que há dois governos atrás, PS, estava aprovado a construção de um posto da PSP em Fânzeres reforçando com meios esta área. Refere que o Sr. Presidente fez referência que estava algo pensado através do município. Assim, dados os problemas de espaço e de efetivos da GNR que patrulham um longo espaço, questiona o que está pensado, o que vai ser feito, considerando que a criminalidade não desceu. Fala ainda do imposto de tributação de imóveis, referindo que irá apontar algumas curiosidades. Começa referindo que a população de Gondomar representa 1,8% da população portuguesa, refere também que há cerca de 43 mil habitantes portugueses com imóveis com valor tributável, 500 mil euros ou seja que a o imóvel vale cerca de 900 mil euros considera que assim sendo estamos a falar em cerca de 120 gondomarenses que irão pagar este imposto, refere ainda que a preocupação com esses, a classe média, o assusta, pois se apenas temos em Gondomar 120 pessoas da classe média é preocupante. Continua ainda contando uma história que se passou durante a Revolução Francesa e que tinha como protagonistas três franceses que conversavam sobre finanças e os valores da igualdade, liberdade e fraternidade. Na altura um ganhava dois mil francos outro ganhava quinhentos e outro só ganhava duzentos francos. Conversavam então sobre formas de repartir e pagar um imposto solidário. Decidiram que iam fazer um corte de 10% com base na igualdade, o que aconteceu foi que o que ganhava mais começou a reclamar pois foi a quem mais tiraram e começou a pedir que repusessem. O deputado faz o paralelo com os tempos



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

atuais de quem ganha quinze mil euros e se lhe tirarem os 10% é muito dinheiro mas consigo sustentar os filhos e tudo mais e aqueles que ganham seiscentos euros se lhe cortarem 10% se calhar deixa de conseguir viver. Refere assim que a preocupação da classe média se vê no terreno-----

**Deputada Bibiana Silva (CDU)** começa por cumprimentar todos os presentes e passa à leitura da sua intervenção em forma de Proposta de Recomendação e relacionada com as escolas que se encontram desocupadas no concelho e a possibilidade de lhes dar uma nova vida (anexo 14) -----

**Sr. Presidente da Junta** começa por referir que sobre as questões de limites de freguesia refere a liberdade da Junta de Baguim do Monte fazer o que quiser, a nossa posição é a que interessa que numa situação dessas claramente é defender os interesses da população. Refere ainda que analisarão cada situação e não são contra apenas porque sim, há a necessidade de analisar cada situação e em cada uma delas defender os interesses territoriais da nossa freguesia. Refere ainda que a posição deste executivo ratifica a posição que anteriormente foi tomada pelo anterior Executivo da Junta de Freguesia de Fânzeres. Sobre a questão dos concursos para proposta de emprego, refere que não foi sua intenção ser confuso nas explicações, refere que se trouxeram aqui para aprovação há claramente uma intenção de contratação e não há dúvida quer dessa vontade quer das necessidades da Junta de Freguesia. Refere que o processo de contratação de pessoal sobretudo durante o período de austeridade complicou-se bastante, apesar do atual governo ter assumido um papel de descomplexificação do processo e de facto há algumas evoluções outras coisas não passam ainda de intenção. Refere que foram esperando por novidades e alterações mas estão neste momento já do ponto de vista administrativo a tratar do processo. Não consegue dar uma data de conclusão do processo porque há coisas que não dependem do Executivo. Sobre a Rede Ambiente refere que tem havido uma degradação do serviço sobretudo nos últimos três meses. A empresa justifica que a Câmara proibiu a aplicação de herbicida e isso complicou o processo de manutenção de limpeza. Refere ainda que não é só a limpeza de ruas que se degradou mas também a recolha e limpeza dos contentores do lixo. Refere que já enviaram cartas às diversas entidades e que ainda naquela semana haviam reunido com a administração da Rede Ambiente que assumiu o compromisso de tomar medidas para resolver o problema. Refere ainda que a próxima Assembleia Municipal terá um ponto específico pra debater esta questão. Refere também que na altura foi o único presidente de Junta que votou contra a concessão das limpezas a privados portanto considera que o negócio é negativa para o concelho e tudo fará para exigir que eles cumpram com o serviço. Sobre a questão dos proprietários e terrenos em limpeza refere que essa tarefa passou este mandato para a Junta e que o Relatório demonstra a atividade que tem sido desenvolvida nesse campo. Apesar de não haver resolução de 100% dos casos há uma melhoria em relação àquilo que a proteção civil fazia. Nesse sentido, refere que irão estar atentos à situação dos terrenos e quando começarem as primeiras chuvas e as suas consequências. Por último, refere a intervenção do Constantino Loureiro para afirmar que mantém a mesma posição garantindo que a agregação das freguesias é prejudicial para as populações, perdeu-se eleitos e capacidade de resposta e tudo farão para, no atual quadro da solução política de governo, haja uma reversão da posição do anterior governo. Assim, refere que têm tentado junto de outras freguesias e plataformas de entendimento criar ligações mas que tem sido um trabalho complexo e visível pelas declarações de alguns presidentes de junta que mudaram de opinião-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

**Sra. Presidente da Mesa** pede ao deputado Albino Castro (MVPFV) que a lembre de qual a sua proposta na sua intervenção-----

**Deputado Albino Castro (MVPFV)** propõe que a Assembleia delega na Comissão criada para o efeito a resposta ao documento recebido relacionado com um projeto de lei de desagregação de freguesias-----

**Deputado Carlos Taveira (PS)** refere que considera que a Comissão já tem poder para isso e que deve analisar e preparar uma resposta para trazerem à Assembleia que aí sim realizará um documento em nome de todos-----

**Sra. Presidente da Mesa** pede para que não se faça desta questão mais um tema para respostas e perguntas constantes-----

**Deputado Albino Castro (MPFV)** refere que concorda com o deputado Carlos Taveira (PS) mas que a sua questão se prende com o tempo útil de resposta ao documento-----

**Deputado Joaquim Gonçalves (CDU)** refere que não concorda uma vez que a Comissão está criada e tem poderes para o efeito. Assim o trabalho que for feito é de responsabilidade individual mas com a confiança da Assembleia senão não teria sido criada-----

**Deputado Albino Castro (MVPFV)** refere, mais um vez, que percebe o que estão a dizer no entanto a confiança foi no sentido de criar e dinamizar iniciativas e o que aqui se apresenta, lhe parece que sai desse âmbito-----

**Sra. Presidente da Mesa** põe a votação a Moção de Confiança apresentada pelo deputado Albino Castro (MVPFV) sendo *aprovada com 5 votos contra (PS), 7 abstenções (deputado Joaquim Cunha (MVPFV), da CDU, Deputados, Augusto Barbosa, Bibiana Silva, Joaquim Gonçalves, Helena Moura e Viviana Lopez) e sete votos a favor (PSD, Fernanda Vieira e Albino Castro (MVPFV), Constantino Loureiro e Damião Alves (CDU)). O deputado Vítor Almeida (PS) refere apresentar posteriormente declaração de voto pois consideram que não faz sentido*-----

A Sra. Presidente da Mesa põe também a votação a Saudação aos Bombeiros apresentada pela deputada Viviana López (CDU) sendo a mesma *aprovada por unanimidade*. No que diz respeito à Proposta de Recomendação primeiramente vota-se a sua admissão, sendo admitida com voto contra do Deputado Bruno Oliveira (PSD), abstenção do deputado José Alves (PSD) e 16 votos a favor (PS, MVPFV, CDU). Para a discussão da mesma inscrevem-se-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

**Sr.ª Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Deputado José Alves (PSD)** começa por cumprimentar todos os presentes, refere que a sua intervenção é justificada apenas pela origem do documento provir da bancada da CDU, pois a sua intervenção não ocorreria se na sua origem estivesse outra bancada, recorda que num passado próximo a posição da bancada em questão para a ocupação de uma escola em São Pedro da Cova, lugar de Tardariz, o voto da bancada CDU foi desfavorável, que até à data desconhece os motivos, perante a ocupação por uma determinada Associação. Nota ainda que o documento deixa a responsabilidade da procura de coletividades para ocupação dos edifícios à Câmara Municipal, que o mesmo considera benéfico mas propõe ser ainda melhor, a Junta de Freguesia juntamente com as suas coletividades, que conhecem melhor o terreno e as suas necessidades, pudessem fazer chegar à Câmara Municipal propostas de ocupação. Finaliza a sua intervenção ao considerar o documento uma boa ideia mas deverá ser repensada perante os pontos que foram por si apontados-----

**Deputado Joaquim Gonçalves (CDU)** reitera os cumprimentos a todos. Primeiramente começa por justificar o facto de ter batido palmas após a intervenção do Sr. Deputado Constantino Loureiro (CDU), pois conhece a importância emocional do assunto para o mesmo e valoriza a sua coragem em justificar o seu silêncio e a sua posição no assunto exposto na sua intervenção sendo assim, pretendeu demonstrar o seu apoio publicamente. Continua a sua intervenção, agora sobre o documento, ao considerá-lo importante, pois o concelho deve tomar posições sobre as diversas escolas abandonadas. É vontade da bancada da CDU que a Câmara Municipal crie condições e discuta os critérios para que as pessoas se possam candidatar à ocupação dos edifícios. É do conhecimento do Sr. Deputado a existência de propostas para ocupação, em alguns casos entregues e novamente abandonadas e outros casos encontram-se ainda a aguardar uma decisão da Câmara Municipal. Questiona a bancada do PS sobre a urgência em trazer à Assembleia uma proposta de ocupação de uma das escolas que estava abandonada, o que fez mover uma população para demonstrar o seu desagrado perante a entrega do edifício mas agora estão outras ao abandono. Finaliza ao referir que o documento pretende a distribuição das diversas escolas por quem as merece cumprindo um regulamento que dispõe os edifícios às necessidades da população. Considera que assim se deve trabalhar com responsabilidade e coerência na necessidade das freguesias-----

Dada a palavra ao **Deputado Vítor Almeida (PS)** após cumprimentar todos os presentes disse que a anterior intervenção é caracterizada por algumas afirmações acertadas, outras menos acertadas e ainda umas “inverdades” que se tornou um pouco ingrato para quem as escutou. Começa por abordar a afirmação sobre a entrega pela Câmara Municipal de alguns edifícios seguida de uma retoma do bem pela mesma entidade, nota que a bancada do PS, que já há bastante tempo se questionou sobre esta questão nomeadamente das escolas que se encontram abandonadas e inclusive encontram-se a realizar esforços para a integração das diversas escolas, a informação que o Sr. Deputado detinha há oito meses atrás era, todas as escolas estariam entregues a associações. Apesar de desconhecer os moldes de entrega ficou descansado ao saber que as diversas escolas estariam em utilização para benefício da população. Compara o assunto ao concurso discutido em Assembleia para a colocação de pessoas no quadro da Junta de Freguesia, existem etapas que progridem e outras regredem, todo um conjunto de burocracias e ainda por vezes, numa fase mais avançada, as associações optam por não



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

ocupar por inexistência de meios para as recuperar mas afirma que a Câmara Municipal está a realizar todos os esforços para a entregar os edifícios das antigas escolas. Relativamente à questão da “Associação Bem Fazer Vai-Avante” e da escola por eles ocupada, não foi intenção da sua bancada colocar a população contra ninguém mas apenas resolver uma situação que tinha de ser resolvida e felizmente atualmente o assunto está estabilizado-----

De seguida o **Deputado Augusto Barbosa (CDU)** começa por cumprimentar todos os presentes. Refere que a sua intervenção centra-se na essência do documento, as diversas escolas que se encontram ao abandono que fazem bastante falta e devem ser colocadas a favor da população em geral. Considera que os edifícios devem ser atribuídos às diversas coletividades que existem nas freguesias ou a futuras que possam vir a ser criadas. Exemplifica que perto do edifício da Junta de Freguesia, onde se encontra a ser realizada esta Assembleia, existe uma Associação que não possui um local para se reunirem, o centro de convívio José Martins, que não se sabe muito bem o que é e que custou muito a toda a população de Fânzeres, (provavelmente poderá continuar a custar) e por isso revê no documento uma proposta justa que procura desbloquear uma situação. Alerta ainda para a existência de outros edifícios do Estado que se encontram também ao abandono e que não os podemos desconsiderar, pois não somos ricos a esse ponto, nomeadamente as escolas em questão correm o risco de um dia desmoronar. Considera ainda, que a procura de coletividades para ocupação das escolas é da responsabilidade da Câmara Municipal pois, no seu entendimento, é a entidade que manda e proprietária dos objetos sendo assim, deve-os facultar na base de um regulamento salvaguardando o bom uso do edifício colocando à disponibilidade da sociedade civil que necessita dos espaços-----

Por fim dada a palavra ao **Deputado Joaquim Cunha (MVPFV)** que após cumprimentar todos os presentes começou a sua intervenção por demonstrar alguma confusão perante as anteriores intervenções. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Vítor Almeida (PS), ao referir-se que as escolas já estão todas entregues e que por questões financeiras entre outros assuntos foram novamente entregues à Câmara Municipal, aproveita para questionar de como foram primeiramente entregues os edifícios às diversas Associações e posteriormente, na intervenção do Sr. Deputado Augusto Barbosa (CDU) este refere que as escolas estão ao abandono e continuam a deteriorar-se, se efetivamente a Câmara já tem destinatário para as escolas é preciso dar conhecimento à sociedade que a escola em questão está atribuída a determinada associação, caso essa associação não assuma a sua responsabilidade com a escola, a mesma deve ser devolvida à Câmara Municipal para novos contactos nova ocupação do bem imóvel. Relativamente ao documento, atendendo a que as escolas ainda não foram entregues, este pretende dar uma nova atividade às escolas e que deve a Câmara Municipal fazer um regulamento para que a população seja informada das contrapartidas que possam advir da entrega do objeto e uma seleção justa perante as associações que realmente possam ocupar os diversos edifícios-----

**Sr. Deputado Vítor Almeida (PS)** solicita a palavra para realizar uma defesa da hora, após concedida autorização por parte da Sr.ª **Presidente da Assembleia**, refere que apenas questionou a Câmara Municipal para obter informações sobre o que estava a ser realizado relativamente às escolas, sendo que a informação transmitida, desconhecendo o método da designação das diversas coletividades distribuídas pelas escolas, é



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

que o processo já teria sido iniciado existindo associações interessadas e que as escolas iriam ser entregues, se posteriormente as associações conseguiram ou não dar continuidade à ocupação e utilização do objeto o mesmo desconhece pois apenas pretendeu esclarecer alguns pontos da intervenção do deputado Sr. Joaquim Gonçalves (CDU) não pretendeu criar questões ou falsas questões. Diz ainda que o processo acontece à semelhança do referido na intervenção do Sr. Presidente da Junta relativamente aos procedimentos concursais, sendo complexo e burocrático agravando com a recusa do imóvel pela associação definida obrigando a que o processo torne à fase inicial. Apesar do Sr. Deputado desconhecer o que ocorreu sabe que a Câmara está a fazer esforços para ocupação das diversas escolas. Propõe que o documento seja alterado, no sentido de substituir as suas duas recomendações existentes para apenas questionar/saber em que ponto de situação está a entrega ou não das escolas, do património que é da Câmara Municipal, às associações, faria no seu entendimento mais sentido pois pelo que é proposto para recomendação a sua bancada do PS pode apurar que já foi realizado-----

Após concedida autorização pela Sr.ª Presidente da Assembleia, Deputada Bibiana Silva (CDU) refere que a proposta baseia-se em tudo o que é referido e que o documento não será alvo de alteração, pois se os Srs. Deputados da Bancada do PS têm conhecimento do que está a ser realizado e avançado pela Câmara Municipal relativamente ao assunto posto à discussão, os restantes deputados não têm. Se a Câmara Municipal já avançou a mesma considera positivo pois o solicitado é que a mesma tome medidas para avaliar e se já as tomou a resposta será que o recomendado já foi realizado nesse sentido com respetivo ponto de situação. Adicionalmente irá comunicar a regulamentação para a atribuição das escolas assim como foi feito para a Associação Bem Fazer "Vai-Avante", pois a sua bancada não esteve contra essa ou outra associação para ocupar o edifício apenas pretendiam que fosse efetuado com base e início num regulamento. Para que seja do conhecimento da população quais as condições e critérios para atribuição das escolas-----

A discussão é finalizada com a breve intervenção do Sr. Deputado Carlos Taveira (PS) que expõe a exigência atual, por não ter sido realizada ao atual executivo da Junta de Freguesia, que demorou algum tempo, para a realização de um regulamento para as coletividades-----

Posta a votação, a Proposta de Recomendação foi aprovada com 7 votos contra (PS, PSD), 3 abstenções (MVPFV) e 8 votos a favor (CDU) -----

A bancada do PS refere apresentar posteriormente declaração de voto-----

Sr.ª Presidente da Assembleia apela à compreensão de todos os deputados para que as suas intervenções sejam mais sucintas pois nesta Assembleia de Freguesia o período antes da ordem do dia ocupou duas horas tendo este geralmente destinado apenas uma hora. Lamenta a sua intervenção mas apela à compreensão de todos para também simplificar as Assembleias-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Sra. Presidente da Assembleia prossegue com os trabalhos e passa para o ponto 2 – Período da Ordem do dia e começa pelo ponto 2.1 referente à Leitura discussão e votação da ata da sessão anterior. Neste ponto a Sra. Presidente da Mesa pede a dispensa da leitura da ata. Aceite por unanimidade, inscrevem-se para a discussão:-

---

Dada a palavra à **Deputada Fernanda Vieira (MVPFV)** que começa por cumprimentar todos os presentes com um especial, amistoso cumprimento para o público presente. Alerta para que na segunda página do documento seja necessário uma uniformização nas descrições para as substituições ocorridas na Assembleia estando em falta referências a outras substituições. Nota ainda o erro, presente na página quatro, ao ser referido o Sr. Joaquim Cunha como deputado da bancada da CDU sendo o correto da bancada do MVPFV, chamada a atenção para a página doze/quinze, no primeiro parágrafo o mesmo ocorre com o Sr. Deputado Nuno Rocha que integra a bancada do PSD mas no documento está no PS em ambas referências da página. Na página treze/quinze, terceiro parágrafo está em falta a resposta do Sr. Presidente da Junta relativamente às camisolas dos peregrinos ao Santuário de Fátima. Solicita ainda na página seguinte, no quarto parágrafo a correção da Rua das Aguas para Agrads-----

Seguidamente, o **Deputado Albino Castro (MVPFV)** começa por enunciar as alterações que considera importantes sendo que a restante predispôs-se a enviar à posterior para serem colocadas à consideração. Nota para a sua intervenção na página treze/quinze a sua referência a articulação e não em acumulação e ainda na página quatro sobre a concentração dos correios, solicita a substituição de infestação por manifestação termina na página dez sobre a impossibilidade de determinados deputados não participarem na votação da ata, considera que se deve substituir “ ao abrigo da lei” para “por força do determinado na lei”, as restantes alterações o Sr. Deputado irá enviar via e-mail para a mesa da Assembleia.-----

Por fim, dada a palavra à **Deputada Linda Rosa (PS)**, refere que alguns pontos já foram abordados e por isso não tornará a referir, nota a intervenção do público na página dois, quinto parágrafo, na intervenção do Sr. Pedro Aguiar que deveria ser referido qual o evento a que se refere, para uma melhor compreensão. Na página dez/quinze, segundo parágrafo, solicita que seja reformulado na intervenção do Sr. Presidente da Junta no que diz respeito à pontuação. Finaliza com a correção da sua intervenção, presente na página treze/quinze, relativamente ao referido pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que a mesma pretendeu dizer seria que não faria sentido colocar no documento as iniciativas realizadas mas apenas as deliberadas pois facilita a análise e compreensão-----

Posta a votação a ata foi aprovada por unanimidade dos votantes (12). Deputados Joaquim Cunha (MVPFV), Carlos Taveira (PS) José Alves (PSD), Augusto Barbosa (CDU), Viviana Lopez (CDU) e Constantino Loureiro (CDU) não votam por força do determinado na lei, artigo 34º do código do Procedimento Administrativo-----

Em seguida, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia deu início ao ponto dois ponto dois referente a Informação da Atividade Operacional desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira até 31 de Agosto de 2016.



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia questionou os deputados se queriam usar da palavra. Inscrevem-se os deputados-----

Fornecida a palavra ao **Deputado Albino Castro (MVPFV)**, após cumprimentar todos os presentes, informa que a sua intervenção será complementada à posterior pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Fernanda Vieira da sua bancada e que irá apenas abordar os números redondos que constam no documento. Começa por se referir ao documento por estar em linha com o orçamento e por isso lhe parece equilibrado. O documento aponta uma receita de sessenta e quatro vírgula sete por cento e uma despesa de sessenta e dois por cento, mas se na realidade descontarmos os efeitos dos três F's, pois os mesmos já foram recebidos a contabilizar com o mês de Setembro, teriam apenas uma receita sessenta e um por cento (é necessário retirar o correspondente ao mês de Setembro por não serem contabilizados para as contas do documento) podemos verificar assim, um ligeiro défice mas perfeitamente controlado por não estar acima dos dois e meio por cento. Refere ainda que o investimento é fraco, sendo esse o assunto que preocupa o Sr. Deputado que de facto constata que tem um pequeno défice mas o investimento é um pouco fraco. Começa por analisar o investimento previsto para este ano rondar os trinta e cinco ou trinta e oito mil euros mas até Agosto só se verificou a aplicação de cerca de dez ou onze mil euros que se encontram distribuídos pela administração autárquica, secretaria, coletividades, cemitério sendo neste ultimo onde contem o maior investimento no entanto, na realidade, o investimento preocupa o Sr. Deputado por ser muito pequeno. Alerta para as taxas, multas e outras penalidades pois deveriam estar à volta de sessenta e seis por cento mas apenas registam cerca de quarenta e oito por cento, questiona se justifica-se por estarem sobrevalorizadas ou então por serem mais difíceis de cobrar que o anteriormente previsto. Termina a sua intervenção com um reparo, os gastos na gasolina reduzidos escusam de constituir cinco por cento da administração autárquica-----

De seguida, **Deputada Fernanda Vieira (MVPFV)** chama a atenção para o documento na página seis, no assunto limpeza de terrenos, pretende a mesma obter esclarecimentos qual o ponto de situação e questiona as medidas que estão a ser implementadas. No seguimento da intervenção do Sr. Deputado Carlos Taveira (PS) (ponto B, 1º da ordem de trabalho para esta Assembleia) questiona que com as primeiras chuvas perante os solos que foram afetados pelos incêndios que ocorreram, existe a eminência de futuras cheias, questionou o Sr. Presidente se já foram tomadas providências. Disse partilhar o mesmo sentimento que o Sr. Deputado Constantino Loureiro (CDU), no pesar perante a agregação de freguesias mas o seu é relativamente a Fânzeres, e sendo assim à semelhança do que se verificou em anteriores Assembleias vê-se obrigada a chamar a atenção para apoios fornecidos às coletividades. Se na anterior Assembleia, Fânzeres ultrapassou São Pedro da Cova, com este documento pôde constatar que foi por pouco tempo. Para São Pedro da Cova os apoios foram de doze mil euros para Fânzeres foram apenas mil trezentos e cinquenta euros, situando nesse ponto a sua tristeza. Aborda as festas realizadas aos Padroeiros em Fânzeres, pois a mesma continua a aguardar a informação sobre os apoios fornecidos pelo executivo da Junta de Freguesia e lamenta a possibilidade de no futuro saber esses dados através do boletim da igreja/paróquia por não conseguir obtê-los em Assembleia de Freguesia. Destaca por fim, a reparação do parque infantil e questiona se material anteriormente existente foi substituído por material novo na totalidade e quanto custou-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Dada a palavra ao **Deputado Augusto Barbosa (CDU)**, após cumprimentar todos os presentes congratulou o Sr. Deputado Albino Castro pelo olho clínico na análise realizada ao Orçamento no entanto alerta para o facto que a Junta de Freguesia tem a receber um montante avultado pela Câmara de Gondomar derivado a protocolos existentes. Relativamente aos apoios fornecidos às coletividades, alerta para a existência de algumas não terem atividade na Freguesia, nomeadamente o apoio à Columbófila de Fânzeres, com ironia, termina o tema ao referir, a possibilidade de ser aplicado em permanentes realizadas às pombas. No entanto a sua intervenção centra-se, no orçamento aprovado para este ano pois no que concerne às receitas o seu cumprimento é de sessenta e quatro vírgula sete por cento, apesar do número estar inflacionado, mas nas despesas estão cumpridos sessenta e dois por cento e com esta situação prevê no final do ano, o executivo, estar muito próximo dos cem por cento. Acredita ainda que com esta situação financeira saudável e equilibrada, constata que se continua a manter a tradição, saudando também o executivo anterior, pelo facto da inexistência de compromissos assumidos por pagar, mesmo com a intervenção do executivo em todas as iniciativas que é chamado para colaborar. A bancada da CDU congratula-se com a situação e relembra o slogan “trabalho, honestidade, competência” que o que está sugerido no relatório. Alerta que estão a ser cumpridas as promessas eleitorais bem como o programa dos eleitos e por isso estão todos os fregueses e os que votaram favoravelmente este orçamento de parabéns mas com pena verifica que enganaram-se os que não votaram----

Seguidamente, **Deputada Linda Rosa (PS)** começa a sua intervenção ao referir apenas mencionar três ou quatro questões consideradas pela mesma importante. Recorda que na anterior Assembleia de Freguesia o Sr. Presidente da Junta de Freguesia explicou que as iniciativas refletidas no documento sem menção ao valor, não seriam as realizadas mas sim as deliberadas no entanto, estranha a referência às festas realizadas aos padroeiros S. Pedro e S. Paulo, que já foram realizadas, mas não sendo mencionado o valor questiona se não foi gasto dinheiro para apoio à festa, ou então, se no mês de Agosto não tinham sido pagas as festas realizadas no final de Junho, início de Julho que ao não aparecer neste relatório a iniciativa a que se refere, a mesma não poderá a aparecer no trimestre seguinte. O documento ao não fazer referência a Assembleia fica sem saber quanto se gastou e por isso alerta para a existência de mais uniformidade e transparência. Relativamente aos apoios fornecidos às coletividades, derivado à preocupação que se verificou nesta Assembleia de Freguesia relativamente a regulamento e critérios, questiona a atribuição de apoios e os seus critérios pois no cenário de uma associação comemorar o seu aniversário uma recebe duzentos e cinquenta, uma segunda recebe cento e cinquenta e outra recebe trezentos estes são alguns exemplos que colocam em causa a uniformidade, no entanto que seja justificado caso o seja. Por outro lado, nas atividades do museu mineiro, biblioteca e gabinete de apoio social, em específico o museu mineiro questiona o que corresponde os valores que aparecem entre parênteses nas diversas atividades. Questiona ainda se o pedido realizado à Câmara Municipal de Gondomar para a limpeza de alguns terrenos referem-se a área pública e se os responsáveis seriam a Câmara Municipal ou a Rede Ambiente. Termina a sua intervenção relativamente à limpeza de imóveis devolutos (salvaguarda ser formada em letras e não em matemática) que no seu entendimento considera que existem setenta por cento ainda por tratar pretendendo com isso mais informações sobre o assunto-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Por fim, dada a palavra ao **Deputado José Alves (PSD)** que começa por cumprimentar todos os presentes. Recorda que ao longo das Assembleias tem interpelado o executivo para que os apoios fornecidos às diversas coletividades sejam regulamentados, questiona, por isso, sobre os critérios de atribuição dos diversos apoios fornecidos. Coloca a possibilidade para a existência de um programa anual em que o executivo, no início do ano solicita o plano de atividades ou o orçamento das associações, que perante o bolo decide o que atribuir, mas o que parece ao Sr. Deputado é que existem apoios individuais específicos. Considera importante o apoio fornecidos a atividades que fomentam a cultura ou até apenas às que comemoram aniversários mas considera que mais deveriam ser apoiadas as escolinhas, desporto entre outras... Pois se não existe um programa de apoio questiona os critérios para atribuição às coletividades-----

Terminadas as intervenções, dada a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para que pudesse comentar e responder às intervenções dos deputados. Refere que existe um regulamento aprovado em Assembleia com critérios e se naturalmente existem questões objetivas existem também, subjetivas como por exemplo o aniversário de uma associação não é sempre igual, pois umas fazem festivais de bandas, folclore e atividades, outras cortam apenas um bolo e por isso não é possível atribuir os mesmos trezentos euros a uma associação que tem uma iniciativa de três dias com um programa diversificado e outra que não tem. Um exemplo concreto são os três grupos folclóricos em que todos fazem um festival, um executa com grupos internacionais tendo seis ou sete de todo o Mundo e os outros realizam com grupos nacionais em que a um a Câmara Municipal fornece som e palco e ao outro não. Ao serem realidades diferentes não podem dar os apoios de forma igual, aproveita nesse momento para citar Marx “Cada um conforme as suas necessidades, cada um segundo as suas possibilidades” em que diz ser com esta perspetiva que se adapta. Para resposta à questão colocada pela Sr.ª Deputada Linda Rosa (PS) indica no que aparentemente tem o mesmo nome mas apoios diferentes justificam-se por resultarem do conteúdo da iniciativa em que o executivo tenta ser Justo. Para resposta ao Sr. Deputado José Alves (PSD) refere que optam por apoiar individualmente cada iniciativa, valorizando a realização da mesma e também quando abordados por algo diferente tentam analisar em específico como é exemplo o hóquei, que integra uma tradição de Fânzeres e por isso acham que merecem ser mais valorizados comparativamente aos dezassete grupos de dança, que apesar de terem de ser apoiados não necessitam de tanto estímulo. O executivo tenta apoiar de acordo com as iniciativas utilizando para as iniciativas com características semelhantes o mesmo apoio e para as distintas, apoios diferentes, refere ainda que neste mandato não existe nenhum pedido de apoio negado. Termina o tema ao lançar um desafio para a Sr.ª Deputada Fernanda Vieira (MVPFV), que consiste em contabilizar o número de coletividades em cada freguesia e o que cada uma recebia antes da agregação, sendo estas as duas variantes, e concluir da análise realizada, dos inúmeros apoios fornecidos pela Junta de Freguesia ao longo deste mandato às iniciativas de Fânzeres e São Pedro da Cova, possam concluir, após comparação, se existe favorecimento em uma ou outra freguesia e caso se chegue à conclusão que a Sr.ª Deputada tem razão, o executivo terá de corrigir, pois se verificar uma tendência que resulta de uma forma não intencional claro que terá de ser corrigido no entanto a própria Junta também poderá fazer esse mesmo estudo. Assume um compromisso de na próxima Assembleia de Freguesia trazer a informação dos gastos para as festas em Fânzeres, pois continua-se com um trabalho direto na realização da festa enquanto, em São Pedro da Cova existe uma comissão de festas mas assim continua em



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

Fânzeres, de forma a que se mantenha a mesma identidade e características de cada freguesia. Relativamente ao apoio à comissão de festas em São Pedro da cova apesar de pensar já ter referido e caso não tenha sido, é falha dos serviços pois teria a ideia que já teria vindo mas admite poder estar errado. Relativamente às questões da execução orçamental colocadas pelo Sr. Deputado Albino Castro (MVPFV), considera apenas que as contas realizadas pelo mesmo só estariam corretas se a única receita da Junta de Freguesia fosse a dos três F's e partindo do princípio que a única despesa que a Junta tem é dos salários dos funcionários, o dado que o Sr. Deputado traz é: há um défice resultante levando à prática a atual execução orçamental a Junta ao pagar os salários em Setembro e tem perspectiva que só recebe em Outubro, a Junta de Freguesia tem um défice, alerta que esta conclusão parte do princípio que a Junta não tem outras receitas como as próprias, transferências de outras entidades entre outras. Sobre a questão colocada do investimento, alerta que existe a construção de um parque infantil e de um espaço de ginástica ao ar livre, em Fânzeres, que não estão contabilizados e que ronda uma aplicação em mais de vinte mil euros e ainda terminou no cemitério de São Pedro da Cova, mais uma fase da sua reorganização e por isso num próximo relatório o investimento irá aparecer com outro grau de execução e com outros valores. Refere ainda que o parque infantil realizado em Fânzeres foi substituído na íntegra por material novo, pois o anterior constituía um perigo para a crianças e por ser um espaço importante e privilegiado para um parque com aquelas características que, na inexistência, após solicitado, de uma execução pela Câmara Municipal, a Junta de Freguesia substituiu-se à Câmara, uma vez que consideravam que o investimento era importante. Continua a sua intervenção para abordar a questão do levantamento dos terrenos, que a justifica por serem terrenos que pertencem ao município. Apesar da Câmara Municipal ser o principal incumpridor na limpeza dos terrenos o executivo procura não notificar, tal como fazem ao pequeno proprietário, por existência de uma relação institucional e por isso é enviada uma carta à Câmara para a sensibilização da limpeza dos terrenos. Aproveita neste tema para recordar que a Junta de Freguesia passou a deter a competência desde o início deste mandato para notificar os proprietários, e torna-se a mais complexa, derivado a todas as questões administrativas que lhe estão adjacentes no entanto, comparativamente à capacidade de execução que era da proteção civil atualmente a Junta tem um elevado grau de resolução dos problemas. Neste momento é a principal reclamação que é apresentada na Junta de Freguesia, sendo que existem situações que conseguem resolver sem sequer abrir processos pois primeiramente na existência de um contacto tentam dialogar com o proprietário de forma a limpar o terreno e na maioria dos casos o assunto fica resolvido. Os principais problemas por resolver, resulta da identificação do proprietário, derivado à alienação de propriedades, bancos, mais que um proprietário ou porque está a residir no estrangeiro mas após resolução da identificação, o problema é fácil de ser resolvido, até porque a funcionária responsável tem características próprias que visam a resolução do problema. Termina a sua intervenção ao referir para informação da Sr. Deputada Linda Rosa (PS), que o valor de apoio às festas em São Pedro da Cova ronda os sete mil euros e ainda que as questões das cheias, a Junta está a ter o assunto em consideração no futuro-----

Seguidamente, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia, deu início à discussão do ponto dois ponto três referente a Assuntos de Interesse Local. Neste ponto dada a palavra aos deputados, inscreveram-se para falar-----



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

O **Deputado Albino Castro (MVPFV)**, tenta ser o mais breve possível, questiona o Sr. Presidente da Junta de Freguesia relativamente à questão levantada anteriormente em outra Assembleia, sobre a STCP na diferença de tratamento entre a linha oitocentos e oitocentos e um. Lembra a questão também colocada anteriormente relativamente ao restauro da Zorra que, se preservada nas mesmas condições irá ser levada à deterioração, por isso questiona se o valor para restauro avaliado em quinze mil euros já inclui a preservação do monumento. Outra questão levantada é relativamente ao Posto da GNR, por a reforma efetuada pela administração interna há uns anos atrás, foi definido que a área de São Pedro da Cova seria território da GNR e Fânzeres seria da PSP, atendendo às características do território, valorizando que nesse despacho a freguesia de Fânzeres teve uma adenda que referia que a GNR só sairia do território após estar instalada a PSP. Questiona se a resolução passa por terem dois postos ou se iremos estar contrários à lei. Continua a sua intervenção para alertar que a sinalização localizada na Rua Associação Desportiva de São Pedro da Cova, atualmente já não faz sentido, pois apenas foi implementada para facilitar em tempos, a circulação dos camiões e agora estamos a verificar diversos condutores a infringir o código da estrada derivado a uma sinalização que atualmente já não tem razão para lá estar. Por ultimo, aproveita uma referência utilizada numa intervenção do Deputado Augusto Barbosa (CDU) em relação às permanentes do grupo columbófilo em Fânzeres, em São Pedro da Cova uma associação igual recebeu mais por isso deverá ser visto não só as permanentes mas também as madeixas-----

Dada a palavra **Deputado José Alves (PSD)** que lamenta estar a referir assuntos que já foram alertados em anteriores Assembleias tais como a iluminação da Rua do Outeiro, outros casos mais complicados são as águas pluviais e pavimento da Rua das Agradas assim como a Rua de Cabanas entre outras, ainda a sinalética da Rua dos Azevinhos, junto à CEPSA, deve ser resolvida de alguma maneira. Relativamente à Rua Columbófila, a Câmara Municipal já fez uma intervenção, diz ter encontrado o Sr. Presidente da Câmara Municipal que afirmou não ter sido transmitida nenhuma informação, da parte do Sr. Presidente da Junta, sobre o assunto. O que não corresponde pois já anteriormente foi colocado em Assembleia pelo mesmo Sr. Deputado, e que pode ser consultado em ata que o mesmo referiu, considera ainda ser um assunto que poderia ter sido resolvido com uma intervenção da própria Junta de Freguesia-----

O **Deputado Carlos Taveira (PS)** começa por referir que apenas irá colocar apenas duas questões, a primeira é recorrente é se já existe uma resposta, da parte da Câmara Municipal, relativamente à marcação junto ao centro comercial Santa Eulália dos locais de estacionamento e ainda a reorganização do sentido de trânsito na Rua de Santo Ovaia e Américo de Carvalho mas na última rua referida derivado ao fluxo de trânsito atualmente registado o gradeamento para escoamento das águas está danificado, por inexistência de uma manutenção nos últimos três anos. Agradece ao responsável pela cultura o facto de o ter convidado para no prémio de poesia lamenta não ter estado presente termina com a sugestão de uma maior diversidade à iniciativa de forma a dinamizar a ação-----

De seguida, **Deputado Augusto Barbosa (CDU)** refere que a sua intervenção prende-se por se continuar chamar soldado desconhecido ao monumento existente em Fânzeres o qual tem nome e por isso solicita o fim



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

de nomeação indevida registada e ainda o facto de se chamar Rio do Paço ao Rio Torto quando o correto seria Rio Ínsua que vai ao encontro do Rio Torto mais abaixo. Apesar do Sr. Deputado não ser muito dado aos padroeiros parece que finalmente vai existir uma intervenção no Largo da Costa e apesar de algumas questões ecológicas e ambientais levantadas obteve a informação que algumas daquelas árvores vão-se embora e não gostaria de as verem ser retiradas porque foram memórias de momentos de brincadeira para muitos Fanzerenses-----

Dada a palavra à **Deputada Fernanda Vieira (MVPFV)** apenas intervém para que seja encontrado o infrator que causa o cheiro nauseabundo junto ao Rio Ínsua, no Paço e posteriormente recuperada a fauna e flora do local-----

Por fim fornecida a palavra à **Deputada Linda Rosa (PS)** refere que apesar das suas intervenções serem, por outros, consideradas chatas e repetitivas é com satisfação que vê não “ter caído em saco roto” relativamente ao cemitério em São Pedro da Cova, pois a mesma referiu por diversas vezes a situação limite que se verificava na freguesia e atualmente notou-se pela ultima intervenção, apesar do cemitério da Mó ser sempre necessário intervir para agora, inclusive, serem construídas cerca de mais dez sepulturas, uma melhoria satisfatória do cemitério, no entanto, insiste que não é uma solução o realizado, pois esta é apenas temporária com curta duração, sendo que o próximo executivo terá o mesmo problema nas mãos. Relativamente ao cumprimento do prometido pelos eleitos, diz ser necessário ter algum cuidado nas afirmações, pois lembra que no início do seu primeiro mandato, o Sr. Presidente disse que a preocupação seria tentar contactar os proprietários para fazer um cemitério de raiz em outra zona de freguesia que possa dar seguimento, afirmação realizada acerca de oito anos, por isso considera a Sr.<sup>a</sup> Deputada que deveria conseguir concretizar e não colocar falsas expetativas-----

Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para resposta, começa por informar que tem vindo a colocar à Câmara Municipal algumas preocupações como por exemplo a questão do Andante e o seu alargamento a várias linhas e outras preocupações relativamente aos transportes. Para a Zorra, afirma estar a trabalhar juntamente com o museu do carro elétrico, não está a desconsiderar a colocação de uma cobertura mas a zorra estará pronta no final de Novembro e outras soluções duradouras estão a ser procuradas como por exemplo produtos que preservem o objeto porque, a colocação de uma infra-estrutura retiraria a visibilidade ao monumento. Sobre a questão do posto da GNR e PSP esclarece que a própria resolução está confusa relativamente à instalação dos postos da GNR, existindo atualmente uma proposta realizada pela própria Câmara Municipal para a instalação da GNR na escola da Bela-Vista no sentido de servir as duas freguesias, sendo esta a última decisão a mais rápida relativamente a este assunto. Relativamente aos conjuntos de sugestões que foram colocadas foram anotadas pelo Sr. Presidente da Junta. Sobre as contradições entre os presidentes, levantada pelo Sr. Deputado José Alves (PSD), existem dados públicos, inclusive de uma visita pelos eleitos da CDU e ainda de uma intervenção pública relativamente ao local em questão e por isso não irá falar mais sobre o assunto pois existem: dados públicos, notícias em jornais, intervenções públicas sobre essa matéria no entanto continua a considerar que o problema ainda não ficou resolvido, pois a solução encontrada



## Ata Número Catorze

Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova

apenas resolveu o problema do passeio e não do pavimento e quando for resolvido o pavimento irá se colocar o problema do estacionamento. Não nega o facto de a junta de freguesia ter sempre responsabilidade nas várias questões colocadas, e quando não constitui da sua responsabilidade fazer chegar às entidades competentes que por vezes dão respostas rapidamente outras vezes demoram mais tempo a responder sendo que algumas questões colocadas ainda não têm resposta que as irá fazer chegar à posterior. Partilha da preocupação do Sr. Deputado Augusto Barbosa (CDU), relativamente às árvores no Largo Júlio Dinis pois considera ser necessário encontrar uma solução para árvores lá localizadas há muitos anos. Para terminar, a questão dos cemitérios não nega a existência de um problema mas apenas tem cemitério porque foi realizado um processo de contacto com o concessionário no sentido de resolver muitas situações, no sentido de desocupar muitas sepulturas, também considera não ser solução de futuro assim como não lhe parece ser solução a construção de cemitérios, pois as autarquias têm de encontrar outras soluções que não a construção de cemitérios. Mas como pensa ser do conhecimento da Sr.ª Deputada Linda Rosa (PS), a construção de cemitérios é uma competência da Câmara Municipal, à Junta de Freguesia apenas compete a gestão, estão de facto a resolver um problema no cemitério da Mó mas a Junta não tem de o fazer pois é competência da Câmara e a mesma está informada sobre o assunto-----

Findos os trabalhos a Sra. Presidente pede um voto de confiança para aprovação da minuta da ata, aprovado por unanimidade-----

Assim a Sra. Presidente de Mesa dá a sessão por encerrada às 00horas e 54 minutos do dia vinte e quatro de Setembro de dois mil e dezasseis-----

Para que conste se lavrou a presente ata que as secretárias elaboraram-----

Aprovada em 27 de Dezembro de 2016-----

PRESIDENTE DE MESA

*Luísa de Almeida F. F. F.*

PRIMEIRA SECRETÁRIA

*Cecília Bibiana Santos Silva*

SEGUNDA SECRETÁRIA

*Brana Daniela Ferreira Rocha*

Anexo 1

Exmo. Sr.ª:  
Presidente da Assembleia da União das  
Freguesias de Fanzeres e S. Pedro da Cova  
Leonor Ferreira

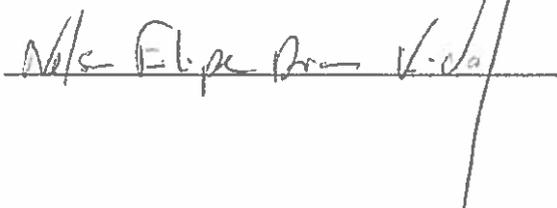
Assunto: Pedido de substituição

Eu, Nelson Filipe Dias Vidal, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Fanzeres e S. Pedro da Cova, ao abrigo do artigo 12.º 1 do Regimento desta Assembleia, venho por este meio comunicar a vossa excelência que não posso estar presente na Sessão Ordinária deste Órgão, a realizar no dia 23/09/2016, pelo que solicito a minha substituição pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual fui proposto (art. 13, nº1 do Regimento), ou na impossibilidade pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de preferência da lista apresentada pela coligação (art. 13, nº2 do Regimento).

Com os melhores cumprimentos.

Fanzeres e S. Pedro da Cova, 23 de Setembro de 2016.

O "Membro da Assembleia de Freguesia



Anexo 2

**Exmo. Sr.ª:**  
**Presidente da Assembleia da União das**  
**Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova**  
**Leonor Ferreira**

**Assunto:** Pedido de substituição

Eu, Beatriz Alves Rodrigues, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, ao abrigo do art. 12 n.º 1 do Regimento desta Assembleia, venho por este meio comunicar a vossa excelência que não posso estar presente na Sessão Ordinária deste Órgão, a realizar no dia 23/9/16 pelo que solicito a minha substituição pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual fui proposto (art. 13, n.º 1 do Regimento), ou na impossibilidade pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de preferência da lista apresentada pela coligação (art. 13, n.º 2 do Regimento).

Com os melhores cumprimentos.

Fânzeres e S. Pedro da Cova, 21 de Setembro de 2016.

O Membro da Assembleia de Freguesia

Beatriz Alves Rodrigues

Anexo 3

Exmo. Sr.º:  
Presidente da Assembleia da União das  
Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova  
Leonor Ferreira

Assunto: Pedido de substituição

Eu, SILVANA DULCE PISVA M. MARQUES, na  
qualidade de membro da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias  
de Fânzeres e S. Pedro da Cova, ao abrigo do art. 12 nº 1 do Regimento  
desta Assembleia, venho por este meio comunicar a vossa excelência que  
não posso estar presente na Sessão ORDINÁRIA deste Órgão, a  
realizar no dia 23/9/2016, pelo que solicito a minha substituição pelo  
cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual fui proposto (art. 13,  
nº1 do Regimento), ou na impossibilidade pelo cidadão imediatamente a  
seguir na ordem de preferência da lista apresentada pela coligação (art. 13,  
nº 2 do Regimento).

Com os melhores cumprimentos.

Fânzeres e S. Pedro da Cova, 19 de SETEMBRO de 2016.

O Membro da Assembleia de Freguesia

Silvana Marques

Anexo 4



Excelentíssima Senhora  
Presidente da Assembleia  
da União de Freguesias de  
Fânzeres e São Pedro da Cova.

Armando Filipe da Silva Correia, membro eleito na assembleia que V/Ex.<sup>a</sup> preside, requer a sua substituição com início no dia 22/09/2016 e o seu término até 29/09/2016, uma vez que por motivos profissionais me encontro impossibilitado de estar presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os melhores cumprimentos.

Armando Filipe da Silva Correia

Anexo 5

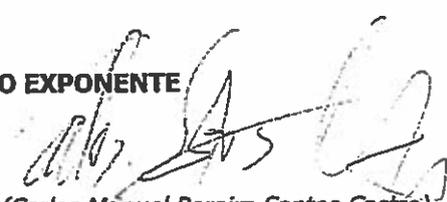
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES  
/ SÃO PEDRO DA COVA**

**CARLOS MANUEL PEREIRA SANTOS**

**CASTRO**, membro eleito na Assembleia que V/Ex.<sup>a</sup> preside, requer a sua substituição com início no dia 22/09/2016 e o seu término até 16/10/2016, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitado de ser presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os m/s melhores cumprimentos.

**O EXPONENTE**

  
(Carlos Manuel Pereira Santos Castro)

<b>FREGUESIA DE FÂNZERES E S. PEDRO DA COVA</b>	
Registo n.º 3640	Em 13/09/16
Despacho	
Respondido em	__/__/__
O Presidente	

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES/SÃO PEDRO DA COVA**

Eu, **Nuno Agostinho Martins de Castro Rocha**, membro eleito para a Assembleia que V. Exa preside, requer a sua substituição com início no dia 22/09/2016 e o seu término a 25/09/2016, uma vez que por motivos profissionais, me encontro impossibilitado de estar presente na(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os meus cumprimentos.

**O Exponente**



**(Nuno Agostinho Martins de Castro Rocha)**

Anexo 7

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA  
DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FÂNZERES/SÃO PEDRO DA COVA**

Daniela Alexandra Martins Real, membro eleita para a Assembleia que V. Exa preside, requer a sua substituição com início no dia 17/09/2016 e o seu término a 28/09/2016, uma vez que por motivos pessoais me encontro impossibilitada de estar presente à(s) assembleia(s) que tiver(em) lugar neste período.

Certo que procederá à minha substituição nos termos legais, apresento os meus cumprimentos.

**A Exponente**

*Daniela Alexandra Martins Real*

(Daniela Alexandra Martins Real)

FREGUESIA DE FÂNZERES E S. PEDRO DA COVA	
Registo	3717 Em 19/09/16
Despacho	
Respondido em	/ /
O Presidente	

## Rui Campos

---

**De:** Maria Leonor Ferreira <leonorferreira2410@hotmail.com>  
**Enviado:** segunda-feira, 19 de setembro de 2016 10:09  
**Para:** Dr. Campos  
**Assunto:** FW: Pedido substituição  
**Anexos:** IMG\_3502.JPG; ATT00001.txt

> From: [daniela\\_real\\_20@hotmail.com](mailto:daniela_real_20@hotmail.com)  
> To: [leonorferreira2410@hotmail.com](mailto:leonorferreira2410@hotmail.com)  
> CC: [nunorochoa.eng@hotmail.com](mailto:nunorochoa.eng@hotmail.com)  
> Subject: Pedido substituição  
> Date: Sun, 18 Sep 2016 07:23:26 +0000

>  
> Bom dia,  
> Informo que estou em Lisboa dia 17 é de 18 a 28 estou mesmo fora do país, desta forma envio pedido de substituição para a reunião de dia 23.  
> Peço desculpa da forma como envio o documento mas, não conseguia de outra forma.  
>  
> Sem mais de momento  
> Obrigada  
>

Anexo 8

Rui Campos

---

**De:** Maria Leonor Ferreira <leonorferreira2410@hotmail.com>  
**Enviado:** segunda-feira, 19 de setembro de 2016 10:11  
**Para:** Dr. Campos  
**Assunto:** FW: justificação de falta

---

**From:** [carlostaveira1978@hotmail.com](mailto:carlostaveira1978@hotmail.com)  
**To:** [leonorferreira2410@hotmail.com](mailto:leonorferreira2410@hotmail.com)  
**Subject:** Fw: justificação de falta  
**Date:** Tue, 13 Sep 2016 18:41:16 +0000

---

**De:** carlos taveira <[carlostaveira1978@hotmail.com](mailto:carlostaveira1978@hotmail.com)>  
**Enviado:** 18 de Junho de 2016 10:54  
**Para:** Leonor PS  
**Assunto:** Justificação falta

Bom dia,

Cara Presidente da Assembleia de Freguesia.

Venho por este meio justificar a minha ausência no dia de ontem na qualidade de deputado da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, por motivos de força maior.

Com os melhores cumprimentos,

Carlos Taveira

FREGUESIA DE FÂNZERES E S. PEDRO DA COVA	
Registo n.º	3718 Em 19/09/16
Despacho	
Respondido em	___/___/___
O Presidente	

Anexo 9

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova

Rua de S. Tiago, s/n

4510-670 FÂNZERES

Fânzeres e S. Pedro da Cova, 30 de JUNHO de 2016

ASSUNTO: JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Beatriz Nunes Rodrigues, portador do Cartão de Cidadão 14387367, membro eleito da Assembleia a que V. Exa. preside, vem por este informar que, por motivos imprevistos e inadiáveis, não foi possível estar presente na sessão da Assembleia de Freguesia do passado dia 27 de JUNHO de 2016.

Com os melhores cumprimentos.

O Membro da Assembleia de Freguesia

Beatriz RN

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS  
DE FÂNZERES e S. PEDRO DA COVA**

**Comissão de Acompanhamento da agregação das freguesias de  
Fânzeres e S. Pedro da Cova**

**ATA N.º 3 (três)**

*Ata da Terceira Reunião da Comissão*

Ao vigésimo sétimo dia do mês de julho do ano de 2016 (dois mil e dezasseis) reuniu, pelas vinte e uma horas e trinta e oito minutos, no edifício da União de Freguesias em S. Pedro da Cova, convocada e presidida pela senhora Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, **Maria Leonor Alves**, a Comissão de Acompanhamento, criada por deliberação da Assembleia de Freguesia em 19 (dezanove) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze) com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

**1- Informações e ponto de situação;**

**2 - Apresentação, discussão e aprovação de novas iniciativas.**

A senhora Presidente começou por referir que a marcação desta reunião, surge no seguimento de um documento apresentado na última sessão da Assembleia de Freguesia, no qual lhe era sugerido a continuidade dos trabalhos desta Comissão de Acompanhamento. De seguida, informou que devido a uma manifesta e justificada impossibilidade, por motivos de saúde, do senhor Deputado **Augusto Barbosa** estar presente nesta reunião, a representação da Coligação Democrática Unitária será assegurada pelo senhor Deputado **Joaquim Marques**. Desta forma e após se ter verificado a existência de quórum, com a presença de todos os senhores Deputados que compõem esta comissão, (**Joaquim Marques** em representação da Coligação Democrática Unitária; **Vítor Almeida** em representação do Partido Socialista; **Albino Castro** em representação do Movimento Vontade do Povo - **Fernanda Vieira** e **Nuno Rocha** em representação do Partido Social-Democrata) a senhora Presidente deu início aos trabalhos. -----

Continuando, a senhora Presidente saudou e agradeceu, especialmente atendendo a que nos encontramos numa época de férias, a presença de todos os senhores Deputados, tendo de seguida agradecido também, a presença de **Daniel Vieira** na qualidade de Presidente da Junta da União de Freguesias, convidado a participar nesta reunião, no seguimento do deliberado na primeira reunião desta Comissão de Acompanhamento. -----

Com a concordância de todos os presentes foi designado para lavrar a ata da presente reunião, o deputado **Albino Castro**. -----

Dando início ao primeiro ponto da Ordem de trabalhos: “**Informações e ponto de situação**”, a senhora Presidente, convidou o senhor Presidente da Junta da União de Freguesias a partilhar as informações que entendesse por pertinentes. -----

**Daniel Vieira** – O senhor Presidente da Junta da União de Freguesias, após cumprimentar os presentes informou que existe, sobre esta matéria, na Assembleia da República um Projeto de Lei, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que, entretanto, baixou à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, antes da sua votação a pedido do Partido Socialista, sendo que estará agendada esta mesma votação para o próximo mês de setembro. Salientou que a Assembleia da República é o órgão que tem efetiva competência legislativa neste assunto e apontou alguma contradição existente entre declarações do senhor Primeiro-ministro e do senhor Ministro da tutela nomeadamente acerca da possibilidade de existirem alterações ainda antes da realização das próximas eleições autárquicas. Continuou dizendo que o texto do citado Projeto de Lei não visa uma mera reversão das agregações verificadas, mas que apenas contempla essa possibilidade nos casos em que a população e os seus representantes manifestem essa vontade, nomeadamente através de uma tomada de posição pelas Assembleias de Freguesias, posteriormente ratificadas em sede de Assembleia Municipal. De seguida referiu que a via dos referendos locais não é aplicável atendendo ao alcance e limites legais colocados a esta iniciativa e reiterou a sua perceção de que tudo está nas mãos da Assembleia da República, restando, pois, apenas a possibilidade de se exercer alguma pressão e sensibilização junto desse mesmo órgão de soberania. A terminar referiu que uma iniciativa para a qual foram convidados os Presidentes de Juntas resultantes de agregações do Distrito do Porto não teve a adesão esperada -----

**Albino Castro** – Depois dos cumprimentos, referiu que a sugestão apresentada à senhora Presidente em sede de Assembleia de Freguesia apenas visava promover um registo para memória futura dos trabalhos desta Comissão de Acompanhamento, de forma a evidenciar e até valorizar o trabalho dos seus componentes e manifestou a convicção que mesmo de uma forma menos formal esta sugestão seria acolhida pela senhora Presidente da Comissão de Acompanhamento. Continuou referindo a criação em maio deste ano por parte do Governo de um grupo de trabalho que avaliará este processo e cujos resultados serão apresentados num prazo de 6 meses. Terminou dizendo que devemos ser persistentes para com os nossos objetivos, de balde os desenvolvimentos entretanto verificados. -----

**Nuno Rocha** – Após saudar os presentes lembrou um entendimento verificado nesta Comissão de Acompanhamento que apontava para uma real possibilidade de existir uma revisão nesta reforma administrativa em tempo útil, entendendo-se por isto o tempo que decorreria até à realização das próximas eleições autárquicas e que seria perante este quadro que se inscreveriam os nossos propósitos e iniciativas. Entretanto e perante a incoerência verificada entre as declarações de António Costa, Primeiro-ministro e Eduardo Cabrita, Ministro Adjunto, acerca do assunto, a que se junta o facto de se ter verificado também, um protelar da votação deste Projeto de Lei do Partido Comunista, a pedido do Partido Socialista, são situações que apontam divergências nas respetivas posições. -----

O senhor Deputado manifesta algumas reservas acerca das iniciativas, devido às incertezas com que nos deparamos no presente. No entanto não discorda que se dê um novo passo e que se tomem novas iniciativas, salvaguardando que na sua opinião existem sérias dúvidas acerca do seu resultado. -----

**Vítor Almeida** – Após os seus cumprimentos, referiu entender a posição do senhor Deputado Nuno Rocha e que de alguma forma, partilha desse mesmo entendimento, no sentido de que é relevante perceber de que forma é que isto se vai organizar. Pensa que não é do interesse geral suscitar uma questão desta natureza junto das populações se depois não existirem resultados. Entende que devemos persistir no propósito da desagregação, mas que por outro lado devemos estar atentos e levar em linha de conta o que o Governo vier a decidir. Não acha correto promover alguma forma de instabilidade social numa altura a que assistimos a um clima de alguma pacificação e terminou, manifestando a opinião de que entretanto, uma já significativa parte dos Presidentes de Junta se tinha acomodado a esta situação, com o decorrer de todos este processo. -----

**Joaquim Marques** – Depois de saudar os presentes referiu que a questão das nossas tomadas de posição não ficou acabada em tempo algum. Continuou chamando a atenção para a incoerência do Partido Socialista em relação ao Projeto de Lei e que devemos dar mostras perante a população de que continuamos a lutar pelos nossos objetivos. Terminou considerando que não devemos ter uma postura passiva e expectante, sendo que a sua posição não se alterou com a mudança do quadro político. -----

Terminadas as intervenções, a senhora Presidente deu início ao segundo e último ponto da ordem de trabalhos: **“Apresentação, discussão e aprovação de novas iniciativas”**. -----

**Daniel Vieira** – Considerou que se devia investir em iniciativas a realizar antes da votação do Projeto de Lei, sugerindo por exemplo reuniões com os Grupos Parlamentares, com o Secretário de Estado da Administração Local e com a Comissão da Assembleia da República responsável pela matéria. Também referiu a promoção de um debate envolvendo vários intervenientes tendo por base a moção aprovada nesta Comissão de Acompanhamento. -----

**Joaquim Marques** – Referiu o seu entendimento de que se deve pressionar o Parlamento e concorda com as reuniões propostas. Sugeriu que se colocasse a população a debater esta questão, sem enveredar por manifestações de rua e que no seguimento da iniciativa se promovesse um abaixo-assinado para dessa forma reforçar a nossa posição durante as audições junto das autoridades apontadas. -----

**Albino Castro** – Concorda com as reuniões sugeridas assim como com a realização do debate, também pensa que não faz grande sentido investir em grandes mobilizações de rua e que o abaixo-assinado comporta diversos problemas, nomeadamente a dificuldade em ser realizado num tempo considerado útil. -----

**Nuno Rocha** – Não discorda com a realização do debate ou com as audições a propor junto das entidades citadas, mas refere que a palavra final virá sempre da Assembleia da República enquanto órgão decisor nesta matéria. Manifesta algumas reservas em relação à participação da população no debate proposto. -----

**Vitor Almeida** - Afirmou que se devia fazer alguma coisa no sentido da desagregação, manifesta reservas acerca de uma mobilização da população, ou mesmo em relação a um abaixo-assinado, pelo menos até se conhecer mais desenvolvimentos neste assunto que irão decerto clarificar melhor a situação. -----

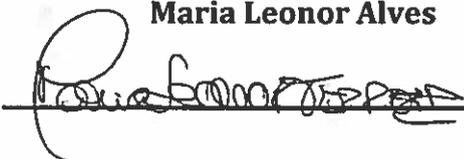
Seguiu-se um período com diversas intervenções por parte de todos os presentes acerca da escolha das iniciativas a tomar, bem como da forma de que as mesmas se revestiriam, tendo-se obtido, por consenso entre todos os presentes, a seguinte deliberação: -----

**-Efetuar pedidos de audiência junto do Sr. Ministro Adjunto e da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação da Assembleia da República, com o propósito de sensibilizar estas entidades e promover um debate público para o qual seriam convidados todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. A coordenação destas iniciativas, promovidas em conjunto entre esta Comissão e a Junta de Freguesia será efetuada pelos seus respetivos Presidentes.** -----

Com a conclusão de todas as intervenções e esgotados os assuntos, a senhora Presidente deu por encerrada esta terceira reunião, quando eram vinte e duas horas e cinquenta e seis minutos. Para que conste se lavrou a presente ata que eu **Albino Castro**, designado para tal elaborei, a qual depois de lida e considerada conforme, foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. -----

Fânzeres, 27 de julho de 2016

**Maria Leonor Alves**



**Joaquim Marques**



**Vitor Almeida**



**Albino Castro**



**Nuno Rocha**

**Daniel Vieira**





**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**Projeto de Lei n.º 231/XIII/1.ª**

**Estabelece o Regime para a Reposição de Freguesias**

I

A denominada Reorganização Administrativa do Território das Freguesias operada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, imposta por PSD e CDS, mereceu contestação e repúdio generalizados expressos, desde logo, no silêncio a que se votaram mais de dois terços das assembleias municipais existentes, mau grado as fortíssimas pressões exercidas para que participassem no processo.

Das variadas ordens de razões para essa contestação e repúdio uma surge como transversal e reclama pronta reparação: o desrespeito pelos princípios e formas de participação democrática profundamente entrosados na natureza própria do Poder Local.

Sob falsos argumentos, PSD e CDS avançaram com a extinção de mais de um milhar de freguesias no país, assente numa opção política e ideológica (expressa também no Pacto de Agressão da Troica) que tinha como principal objetivo a subversão do Poder Local Democrático e que se traduziu no empobrecimento do nosso regime democrático.

Do ponto de vista financeiro, o impacto foi praticamente nulo, mas do ponto de vista da proximidade das autarquias e dos eleitos às populações o impacto foi muito significativo.

Este processo teve consequências profundamente negativas junto das populações – perdeu-se a proximidade que caracterizava este nível de Poder Local, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações. Enquanto representantes das populações, os eleitos de freguesia muitas vezes davam voz às reivindicações das populações, levando-as a outros níveis de poder.

Foi também esta voz “incómoda” e contrária às suas opções políticas, que o governo PSD/CDS procurou aniquilar.

E contrariamente à enorme propaganda política, a extinção de freguesias não correspondeu ao reforço da coesão territorial, mas sim ao aumento das assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, somou-se ainda a extinção de freguesias, o que nalgumas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, a freguesia era a entidade que restava e que até essa foi extinta, deixando as populações ao abandono.

## II

O Grupo Parlamentar do PCP opôs-se desde o primeiro momento à estratégia de desmantelamento do Poder Local Democrático protagonizado pelo governo PSD/CDS e expressa no conhecido “Livro Verde”.

Rejeitámos totalmente uma perspetiva de reorganização territorial com base em critérios cegos e que ignoraram totalmente a realidade concreta de cada território. A reorganização administrativa do território deve ser devidamente ponderada, atenta às necessidades das populações e as características de cada território e nunca contrária à opinião das populações e aos seus interesses.

Com o objetivo de eliminar as distorções induzidas por aquela «reorganização», o Grupo Parlamentar do PCP propõe o presente Projeto de lei que visa:

- a) Consolidar os resultados da «reorganização» que mereceram prévio consenso em ambos os órgãos deliberativos autárquicos chamados a pronunciar-se;
- b) Abrir um período de debate e decisão locais que, culminando em deliberações tomadas em sessões especiais dos órgãos, possa carrear para o processo o resultado das experiências entretanto vividas e propor soluções diversas daquela ou da pura e simples reposição das demais freguesias;

- c) Reverter a efetiva extinção de freguesias operada pela «reorganização» em todos os casos em que não tenha existido consenso nos órgãos deliberativos chamados a pronunciar-se e não haja oposição expressa pelos atuais órgãos.

Não parece possível reconstituir a representatividade específica de cada uma das assembleias que se pronunciou anteriormente à «reorganização», perdida que está com a aglomeração de freguesias. Sendo, nesta matéria, vedado pela Constituição o recurso ao referendo, nada impede que os atuais órgãos autárquicos promovam a auscultação das populações interessadas pelas mais diversas vias e acolham, no que deliberarem, os sentimentos, opiniões e propostas dominantes.

Por fim, repõe-se a vigência do regime jurídico de criação de freguesias: a sua revogação operada na «reorganização», não só não é impeditiva da criação de uma qualquer freguesia pela Assembleia da República, como a sua vigência não impõe, por si mesma, que alguma freguesia venha a ser criada.

### III

Para alcançar estes desideratos estabelece-se, no presente projeto de lei proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, a reposição automática e de princípio, de todas as freguesias extintas com oposição, expressa ou tácita, dos órgãos deliberativos chamados a pronunciar-se.

Estabelece-se ainda que, na sequência da experiência acumulada pelos órgãos autárquicos e, em especial, pelas populações no decurso de mais de metade do mandato, seja reformulada a posição assumida inicialmente, qualquer que tenha sido o sentido do parecer à data da «reorganização».

Procurou-se simplificar ao máximo o processo, mas sem descurar tanto as formalidades essenciais como a participação direta das populações: têm este objetivo concreto a imposição de sessões extraordinárias públicas e específicas, que se esperam amplamente divulgadas, e também a obrigação de serem sucessivas, com início nas das assembleias de freguesia.

Preserva-se a capacidade soberana de decidir nesta matéria de que é detentora a Assembleia da República ao sublinhar que, sempre que haja recurso ao mecanismo de reformulação da posição assumida, lhe cabe decidir em última instância, ponderando os pareceres que lhe tenham sido transmitidos, mas sem se encontrar vinculada às soluções por eles perfilhadas.

Estabeleceram-se prazos razoáveis, tanto na perspetiva da prontidão do processo, como na efetiva possibilidade de execução atempada das tarefas inerentes, tendo como objetivo a sua implementação no quadro do próximo processo eleitoral para as autarquias. E, fazendo correr o processo pela comissão parlamentar competente, elimina-se a necessidade de outras etapas preparatórias do processo legislativo.

Acolhe-se o processo transitório previsto na Lei n.º 8/93, de 5 de março, cuja repriminção propomos, e regula-se a matéria patrimonial por forma a mitigar eventuais conflitos, prevendo-se expressamente formas expeditas de os resolver quando, mesmo assim, venham a ocorrer.

Não é possível estimar antecipadamente os custos diretos que irão resultar da execução da presente lei, mas são seguramente irrisórios, associados a um pequeno acréscimo de senhas de presença para suportar o funcionamento das assembleias de freguesia, e podem mesmo ser total ou parcialmente anulados com as reduções possíveis decorrentes da possível cessação de situações de exercício de funções a tempo inteiro ou parcial.

Nestes termos, ao abrigo da alínea n) do artigo 164.º da Constituição da República e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PCP, apresentam o seguinte Projeto de Lei:

#### **Artigo 1.º**

##### **Reposição de freguesias**

1. São repostas, com a publicação da lei a que se refere o n.º 4 do artigo seguinte, as freguesias extintas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, com exceção daquelas cujos

órgãos deliberativos e do município em que se integravam se tenham pronunciado favoravelmente no âmbito do processo regulado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

2. Podem ainda ser repostas outras freguesias extintas no âmbito do mesmo processo ou sustada a reposição das referidas no n.º 1 por proposta fundamentada dos órgãos deliberativos municipais e das atuais freguesias.

## **Artigo 2.º**

### **Procedimentos**

1. Nos casos a que se refere o n.º 2 do artigo anterior as deliberações devem ser tomadas em sessões públicas extraordinárias da assembleia de freguesia e da assembleia municipal expressamente convocadas para o efeito.

2. As deliberações a que se referem os números anteriores devem ser comunicadas à Assembleia da República até ao 45.º dia posterior à entrada em vigor da presente lei pelos presidentes das mesas dos órgãos que as tomarem.

3. A pronúncia favorável à reposição das freguesias a que se refere o n.º 1 do artigo anterior considera-se tempestiva para os efeitos da presente lei.

4. Nos 45 dias seguintes à realização dos procedimentos referidos nos números anteriores, a comissão parlamentar competente da Assembleia da República elabora relatório e proposta de mapa geral das freguesias a repor em execução da presente lei, que será aprovado por lei da Assembleia da República e do qual devem constar:

- a) As freguesias referidas no n.º 1 do artigo 1.º relativamente às quais não tenha havido proposta para sustar a sua reposição;
- b) As freguesias referidas no n.º 1 do artigo 1.º relativamente às quais tenha havido proposta para sustar a sua reposição com fundamentos que a Comissão entenda não serem de atender;
- c) As demais freguesias a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º;

d) As uniões de freguesias subsistentes na sequência de reposição parcial das freguesias que atualmente as integram.

### **Artigo 3.º**

#### **Forma**

1. A reposição das freguesias extintas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, opera-se pela repristinação das leis que as criaram, com a redação que vigorava à data da extinção, na sequência da publicação do mapa a que se refere o n.º 4 do artigo anterior.
2. Sempre que a reposição de freguesias não abranja a totalidade das freguesias agregadas numa determinada união de freguesias criada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, mantêm-se em vigor as disposições aplicáveis para o conjunto do seu território que não seja abrangido pelo disposto no n.º 1.
3. À designação das uniões de freguesia a que se refere o número anterior, em qualquer das suas variantes, são subtraídos os elementos que identifiquem a ou as freguesias cuja existência for reposta.
4. A lei a que se refere o n.º 4 do artigo anterior é título bastante para a transmissão de posições contratuais, o registo de quaisquer bens, direitos e obrigações ou quaisquer outros atos a praticar em juízo ou fora dele, com o objetivo de recuperar as condições existentes previamente à extinção da freguesia reposta.
5. As condições a que se refere a parte final do número anterior são as que constam da última conta de gerência remetida ao Tribunal de Contas pelos órgãos competentes das freguesias extintas, aplicando-se o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 8/93, de 5 de março, às alterações patrimoniais e outras relevantes que tenham ocorrido posteriormente à elaboração daquela conta.
6. Em caso de litígio ou quando relativamente a algum bem, direito ou obrigação for materialmente impossível a recuperação a que se refere o n.º 4, deve ser promovida a

conciliação a requerimento das partes ou do Ministério Público pelo juiz da instância local mais próxima.

7. São isentos de pagamento, de qualquer natureza, os atos administrativos e judiciais praticados em execução da presente lei.

#### **Artigo 4.º**

##### **Criação de novas freguesias**

É reprimada a Lei n.º 8/93, de 5 de março, com vigência a partir do dia seguinte ao da publicação do mapa a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º.

#### **Artigo 5.º**

##### **Efeitos**

1. As comissões instaladoras a constituir nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de março, devem iniciar funções até 90 dias antes da mais próxima das datas em que devam ter lugar eleições gerais dos órgãos das autarquias locais.

2. Nos 90 dias posteriores à publicação do mapa a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º o Governo faz publicar, em suplemento à I Série do Diário da República, o mapa geral das freguesias a elaborar pelo órgão da Administração Pública que tiver a seu cargo a manutenção da Carta Administrativa Oficial de Portugal.

#### **Artigo 6.º**

##### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Assembleia da República, 9 de maio de 2016

Os Deputados,

**PAULA SANTOS; JOÃO OLIVEIRA; ANA MESQUITA; FRANCISCO LOPES; BRUNO DIAS; ANA VIRGÍNIA PEREIRA; PAULO SÁ; JORGE MACHADO; JOÃO RAMOS; ANTÓNIO FILIPE; DIANA FERREIRA; CARLA CRUZ**

A bancada da CDU quer deixar um especial agradecimento a todas as Corporações de Bombeiros Voluntários, em geral, e aos de s. Pedro da cova e de Gondomar, em particular (pelas responsabilidades que assumem na nossa área territorial), pelo empenho incansável no combate aos fogos que nos assolaram recentemente. É de louvar a forma como estes homens, mulheres e muitos jovens, desempenham o seu trabalho, seja profissional ou voluntário e, por conseguinte, a segurança que transmitem à população, pois apesar dos meios nem sempre serem os suficientes e os mais eficazes, sabemos que estas Associações Humanitárias estão sempre disponíveis para proteger os bens e as pessoas que nos são queridos. Um especial agradecimento também a todas as pessoas que foram solidarias com as Associações de Bombeiros Voluntários, não só pelas ajudas materiais, como também pelo apoio prestado que deram alento a todos estes homens nos momentos de aperto. Num futuro próximo esperemos assistir a uma sustentada política de prevenção que minimize cada vez mais as consequências negativas de uma total "desprevenção". Um bem—haja a todos.

Sugerimos ainda que a Junta de Freguesia tenha presente na sua acção a importância destas corporações e que, dentro das suas possibilidades, nunca deixe de as apoiar.

Aproveitamos ainda para sugerir à Mesa desta Assembleia, e em particular à Sra Presidente, para que envie em nome de todas as forças políticas uma saudação e um agradecimento às nossas Corporações.

Viliana López

Cecilia Brício Mantus Silva

Bruna Daniela Ferreira Rocha

João P. Pereira  
Constantino António Soares Ferreira

Helena Araújo  
Damião Sousa Alves

Assamblea da Freguesia de União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova  
realizada a 23/09/2016.

Movimento Voluntário do Povo - Fundação Vieira

Anexo 13

Exmª Senhora

Presidente da Assembleia de Freguesia da União de  
Freguesias Fânzeres e S Pedro da Cova

Secretárias da Mesa da Assembleia de Freguesia

Presidente da Junta de Freguesia da União de  
Freguesias Fânzeres e S Pedro da Cova

Membros do Executiva da Junta de Freguesia

Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de iniciar a intervenção quero, na pessoa da Srª Presidente, pedir desculpa, á Assembleia, pela minha ausência, na última Assembleia de Freguesia, mas deveres profissionais a isso me obrigou, não tendo sido possível, em tempo útil, colmatar nem justificar a ausência.

Sendo este espaço destinado a intervenção dos deputados e deputadas sobre política, local, regional e ou nacional, esta minha intervenção surge centrada, em termos muito simples, no estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a evolução dos rendimentos na política de austeridade que foi imposta, versus imposto sobre o grande património.

Refere o estudo que a evolução dos rendimentos no período de 2010/2014, 10% das pessoas ricas perderam do seu rendimento 13%, enquanto os mesmos 10% das pessoas pobres perderam 25% do seu rendimento.

O número de pessoas mais pobres aumentou para 2,02 milhões de pessoas, a intensidade de pobreza cresceu 30%, ou seja, os pobres estão mais pobres. Entre os pobres, as crianças e jovens foram os que mais sofreram, em 2014 1/4 das crianças estavam em situação de pobreza.

Apesar desta tragédia humana, a pobreza é um custo, afecta a coesão política, a estabilidade e o desenvolvimento económico. As políticas sociais são um investimento, não um encargo e ou uma despesa.

A pobreza também é uma opção, foi esse o desígnio do Governo PSD/CDS

Este estudo revela um elemento capital a articulação da desigualdade com a pobreza e de ambas com as políticas de austeridade.

A propósito do possível novo imposto sobre a propriedade imobiliária, custa ouvir o coro da oposição a trautear o ataque á classe média, quando é fácil de perceber que esse imposto que atingirá 1% ou 2% de contribuintes dificilmente terá para a classe média qualquer custo acrescido.

Não sei de quem é que esses políticos vivem rodeados, mas eu, olho á minha volta, e muito dificilmente encontro alguém que tenha propriedades no valor de 500 mil euros, muito menos de um milhão de euros.

Ver políticos falar de saque a propósito deste imposto é achar que todos levamos uma grande pancada na cabeça que dormimos nos últimos cinco anos. Mas não adormecemos, e ainda nos lembramos que estes políticos de direita, são os mesmos que elogiaram Vitor Gaspar, que classificou como brutal o aumento de impostos portorganizado pelo anterior executivo. Não nos esquecemos que esses impostos incidiram sobre pensões e vencimentos. diziam então esses políticos de direita que a classe média teria de fazer sacrifícios, os valores para os cortes foram de cerca de 1 500,00€, porque o tribunal Constitucional impediu cortes a partir de 750,00€ que era o pretendido pelo Governo PSD/CDS. Agora um imposto sobre o património acima de um milhão de euros, aí que d'el-rei, está as esquerdas a taxar os ricos nas suas poupanças.

Já tinha O CDS defendido os lavradores – partido da lavoura, posteriormente partido dos pobres, mais recentemente o partido dos contribuintes, agora acha-se o partido da classe média, porque os ricos estão a ser expoliados da sua riqueza, das suas poupanças, dos seus investimentos. Aja decoro.

O PSD já tinha defendido este imposto no último congresso o Dr. Passos Coelho dizia que era necessário distribuir os sacrifícios e os contribuintes com um património acima de um milhão de euros deviam ser chamados a participar nessa distribuição, faltou a coragem para o fazer?

Acreditem que no País da OCDE que mais aumentou a carga fiscal sobre os trabalhadores com baixos rendimentos, em 2015, não sobra margem de tolerância para ver defender proprietários imobiliários com meio milhão de euros, mas ou muito me engano ou, tal como aconteceu com a empolada questão dos apoios aos colégios privados, PSD e CDS vão descobrir rapidamente que a maioria dos portugueses acham que estes dirigentes, deputados e demais comentadores de Direita só existem para defenderem os mais ricos.

*SP Henrique Ventura do novo socialista 4/9/16*

*Henrique Ventura*

23/09/2016

**Proposta de Recomendação**

Agora que recomeça mais um ano letivo, mais um ano em que milhares de crianças retomam o estudo e o trabalho por um futuro melhor, não podemos deixar de lembrar as escolas que ao longo dos últimos anos começaram a ser deixadas ao abandono por esse país fora.

É imperioso que se pense uma solução para as mesmas. São edifícios antigos, mas edifícios viáveis e que carecem de vida, de dinâmica, de gente que faça algo pela gente. É um inaceitável deixar estes espaços ao abandono, a criar mato e lixo, quando os mesmos podem ter uma nova utilidade.

Naturalmente que, em muitas situações, o encerramento destas escolas corresponde à construção de um novo modelo de educação que privilegia a concentração de alunos, a redução de trabalhadores e a reconfiguração do papel do Estado, o que merece a nossa total oposição.

Se pensarmos neste assunto a nível local, verificamos que na nossa freguesia temos, neste momento, seis escolas inativas, algumas delas em estado de abandono. Temos a Escola do Paço, Escola das Regadas, Escola da Bela Vista, Escola de Belói, Escola do Carvalho e mais recentemente a Escola da Covilhã.

Estes são só alguns exemplos na nossa freguesia mas que poderíamos alargar ao concelho com muitos mais casos.

Num quadro de lacunas ao nível de vários serviços do concelho, não se compreende que estes espaços estejam neste estado, nomeadamente com a falta de resposta na área da cultura, associações sem sede, falta de bibliotecas, falta de lares, centros de convívio, entre tantas outras.

Assim, a bancada da CDU, com assento nesta Assembleia de Freguesia, propõe que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal de Gondomar:

- 1 – Que tome medidas para uma avaliação das escolas que se encontram desocupadas e a possibilidade de lhe dar uma nova atividade;
- 2 – Que elabore um regulamento para que as diversas forças vivas do concelho possam ter acesso a essas escolas. Um regulamento que garanta uma igualdade de oportunidades, para todos aqueles que queiram dar nova vida a estes espaços.

Fânzeres e São Pedro da Cova, 23 de setembro de 2016.

Os eleitos da CDU

Carolina António Gomes  
Cecília Brilhante  
João G. Araújo  
Diana Daniela Ferreira Rocha  
Damião A. Sousa

Viviana Espírito  
Helena Tavares  
Bárbara

### Proposta de Recomendação

Agora que recomeça mais um ano letivo, mais um ano em que milhares de crianças retomam o estudo e o trabalho por um futuro melhor, não podemos deixar de lembrar as escolas que ao longo dos últimos anos começaram a ser deixadas ao abandono por esse país fora.

É imperioso que se pense uma solução para as mesmas. São edifícios antigos, mas edifícios viáveis e que carecem de vida, de dinâmica, de gente que faça algo pela gente. É um inaceitável deixar estes espaços ao abandono, a criar mato e lixo, quando os mesmos podem ter uma nova utilidade.

Naturalmente que, em muitas situações, o encerramento destas escolas corresponde à construção de um novo modelo de educação que privilegia a concentração de alunos, a redução de trabalhadores e a reconfiguração do papel do Estado, o que merece a nossa total oposição.

Se pensarmos neste assunto a nível local, verificamos que na nossa freguesia temos, neste momento, seis escolas inativas, algumas delas em estado de abandono. Temos a Escola do Paço, Escola das Regadas, Escola da Bela Vista, Escola de Belói, Escola do Carvalho e mais recentemente a Escola da Covilhã.

Estes são só alguns exemplos na nossa freguesia mas que poderíamos alargar ao concelho com muitos mais casos.

Num quadro de lacunas ao nível de vários serviços do concelho, não se compreende que estes espaços estejam neste estado, nomeadamente com a falta de resposta na área da cultura, associações sem sede, falta de bibliotecas, falta de lares, centros de convívio, entre tantas outras.

Assim, a bancada da CDU, com assento nesta Assembleia de Freguesia, propõe que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal de Gondomar:

- 1 – Que tome medidas para uma avaliação das escolas que se encontram desocupadas e a possibilidade de lhe dar uma nova atividade;
- 2 – Que elabore um regulamento para que as diversas forças vivas do concelho possam ter acesso a essas escolas. Um regulamento que garanta uma igualdade de oportunidades, para todos aqueles que queiram dar nova vida a estes espaços.

Fânzeres e São Pedro da Cova, 23 de setembro de 2016.

Os eleitos da CDU

### Proposta de Recomendação

Agora que recomeça mais um ano letivo, mais um ano em que milhares de crianças retomam o estudo e o trabalho por um futuro melhor, não podemos deixar de lembrar as escolas que ao longo dos últimos anos começaram a ser deixadas ao abandono por esse país fora.

É imperioso que se pense uma solução para as mesmas. São edifícios antigos, mas edifícios viáveis e que carecem de vida, de dinâmica, de gente que faça algo pela gente. É um inaceitável deixar estes espaços ao abandono, a criar mato e lixo, quando os mesmos podem ter uma nova utilidade.

Naturalmente que, em muitas situações, o encerramento destas escolas corresponde à construção de um novo modelo de educação que privilegia a concentração de alunos, a redução de trabalhadores e a reconfiguração do papel do Estado, o que merece a nossa total oposição.

Se pensarmos neste assunto a nível local, verificamos que na nossa freguesia temos, neste momento, seis escolas inativas, algumas delas em estado de abandono. Temos a Escola do Paço, Escola das Regadas, Escola da Bela Vista, Escola de Belói, Escola do Carvalho e mais recentemente a Escola da Covilhã.

Estes são só alguns exemplos na nossa freguesia mas que poderíamos alargar ao concelho com muitos mais casos.

Num quadro de lacunas ao nível de vários serviços do concelho, não se compreende que estes espaços estejam neste estado, nomeadamente com a falta de resposta na área da cultura, associações sem sede, falta de bibliotecas, falta de lares, centros de convívio, entre tantas outras.

Assim, a bancada da CDU, com assento nesta Assembleia de Freguesia, propõe que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal de Gondomar:

- 1 – Que tome medidas para uma avaliação das escolas que se encontram desocupadas e a possibilidade de lhe dar uma nova atividade;
- 2 – Que elabore um regulamento para que as diversas forças vivas do concelho possam ter acesso a essas escolas. Um regulamento que garanta uma igualdade de oportunidades, para todos aqueles que queiram dar nova vida a estes espaços.

Fânzeres e São Pedro da Cova, 23 de setembro de 2016.

Os eleitos da CDU